

RESENHA: GOMES, Ciro Ferreira. *Projeto nacional: o dever da esperança*. São Paulo: Leya, 2020 (247pgs).

Ciro Ferreira Gomes dispensa apresentações no cenário político brasileiro. No Ceará, estado de origem de seu pai, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especializando-se, em seguida, na docência de direito constitucional e tributário. Seguiu uma trajetória política meteórica: eleito sucessivamente deputado estadual, prefeito de Fortaleza e governador do Ceará, entre os anos 1980 e 1990, ele também se tornaria Ministro de Estado nos governos de Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva. Arranjos nada tímidos para quem pretendia chegar ao Executivo, cargo para o qual concorreu em quatro ocasiões (1998, 2002, 2018 e 2022), exibindo uma plataforma de governo baseada numa espécie de nacional-desenvolvimentismo de equilíbrio entre o livre mercado e a regulamentação estatal.

Estas premissas emergiram em suas primeiras obras de economia política, entre as quais podemos mencionar o *Próximo Passo – Uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo*, de 1995, e *Um Desafio Chamado Brasil*, lançada em 2002. Destacamos, nesses trabalhos, sua inclinação à *filosofia da práxis*: isto é, uma capacidade ímpar de articular pensamento e ação, ainda que conservando tonalidades de promoção individual em termos das propostas que apresenta ao nível industrial, educacional e tecnológico para o desenvolvimento do Brasil. Outro vetor de suas preocupações é a inserção do país no mundo globalizado, tendo como soslaio a busca pela superação da dependência econômica, certo protecionismo contra a desregulamentação neoliberal e uma virada paradigmática da imagem da nação no campo das relações internacionais, ou a rejeição do vira-latismo. De forma que podemos enxergar o intelectual Ciro Gomes também como candidato político, um intelectual-candidato, duas faces da mesma moeda.

Sua mais recente obra, *Projeto nacional: o dever da esperança*, também carrega o fardo de suas incursões ideológicas e experiências governistas. Trata-se de um político academicista de centro-esquerda, como ele se autointitula, cujos critérios metodológicos vislumbram de antemão um exame clínico das instituições republicanas. O intelectual-candidato solicita ao leitor que o acompanhe em três passos: 1. Observar os problemas; 2. Estabelecer um diagnóstico; e 3. Propor alternativas e/ou soluções exequíveis. É importante lembrar que o livro em questão veio a público num contexto bastante ímpar de radicalização política e ideológica na esfera pública. Ciro Gomes foi (e é) testemunha imediata dos choques entre progressistas, conservadores e extremistas sobre a

implementação de agendas político-econômicas, sociais e morais. Disputa que se mostrou bastante acidentada para os grupos de esquerda, tendo em vista a desmoralização midiática do Partido dos Trabalhadores (PT), o *impeachment* de Dilma Rousseff, a atuação da Lava Jato e o êxito eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Eventos que implicam diretamente em sua hipótese central, a qual postula itinerários favoráveis ao surgimento de uma *nova esquerda* a partir de um pacto nacional que abranja a emergência de reformas estruturais da sociedade.

Mas antes de caracterizar essa *nova esquerda*, mantendo aí um “otimismo da vontade” sobre o futuro da nação, o livro se utiliza de um *método regressivo* ao estilo do historiador francês Marc Bloch. Ciro Gomes afirma que o Brasil já foi exemplo de crescimento econômico e de industrialização setorial para o mundo. A política do nacional-desenvolvimentismo, entre os anos 1930 e 1970, investira sistematicamente em obras públicas e setores de base, como siderurgia, petróleo e mineração. O grande problema foi que tais experiências encontraram obstáculos na política exterior. As grandes potências mundiais, sobretudo, os Estados Unidos, estabeleceram limites para o crescimento da indústria brasileira, restringindo-a ao agronegócio e a exportação de matérias primas. O Brasil se transmutou em celeiro para as nações de Primeiro Mundo, mantendo-se mais ou menos acomodado em sua função periférica no decorrer do século XX, na medida em que programas de reformas mais densas foram continuamente sabotados pela elite financeira nacional e internacional, inclusive ao custo de um golpe militar (1964 – 1985). Para o autor, as conjunturas de *milagres econômicos* não podem ser reduzidas a meros discursos de governos ufanistas, pois, foram resultantes de projetos que visaram redimensionar o papel do Brasil no cenário global a partir da exploração de seu potencial humano, bioenergético e ecológico.

Dáí surge uma interrogação do autor: se o Brasil experimentou uma modernização típica de países desenvolvidos no passado recente, o que o impede de assumir um protagonismo industrial, tecnológico e diplomático no presente histórico? Para ele, a resposta estaria na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. Nenhum dos governos nacionais, da ditadura militar até a redemocratização, se comprometeu em reestruturar os pilares da economia, quais sejam: a formação de capital (poupança através de impostos e previdência), a relação mútua estado-empresariado e os investimentos sociais (saúde, moradia e educação). Além disso, um **projeto** dessa envergadura teria que reunir os interesses do estado, trabalhadores, empresas e academia, numa espécie de consenso **nacional** que explorasse ao máximo a capacidade de produção local, visando o **desenvolvimento real**, isto é, que promovesse tanto a justiça social quanto a superação do atraso e da dependência.

De acordo com Ciro Gomes, o que se testemunhou, a partir dos anos 1990, foi a elevação de sistemas partidários engajados em suas trincheiras ideológicas, acordos financeiros e cristalização da base eleitoral. Por isso ele se interessa em recuperar os traços da evolução política brasileira, de modo a expor as inconsistências de lideranças que preferiram se render aos desígnios da economia de mercado em detrimento da projeção dos interesses nacionais. Para ele, crítico da terapia de choque neoliberal e suas receitas privatizantes, os consórcios protagonizados junto ao FMI e Banco Mundial aprofundaram ainda mais o processo de desindustrialização e desnacionalização. A herança do passado colonial (escravidão, agricultura de exportação, patrimonialismo) e seus corolários de cordialidade e inferioridade impôs uma cultura de pessimismo à sociedade brasileira, “o gigante eternamente adormecido”. *Projeto nacional: o dever da esperança* teria a pretensão de ir à contracorrente desse *destino manifesto*, explorando alternativas civilizatórias através da história política, das relações internacionais e da renovação ideológica das esquerdas.

A primeira parte da obra se volta justamente para a **história política do Brasil**, englobando os dois primeiros capítulos: 1. *Nação adiada*, que é uma introdução as políticas desenvolvimentistas acionadas, a partir dos anos 1930, por Getúlio Vargas. O autor se mostra seduzido pelo exercício de barganha do então presidente em relação às potências em guerra (EUA e Alemanha), conseguindo extrair os recursos necessários a reformulação da nossa indústria de base. O que demonstrava a possibilidade de negociar sem perder de vista a autonomia e a soberania, dois ingredientes preciosos de qualquer projeto modernizador. Um ensaio para o que foi Plano de Metas de JK, que, duas décadas depois, utilizou-se de empréstimos externos para acelerar obras de transporte, energia e exploração de petróleo. Ciro Gomes reconhece que um crescimento econômico desse tipo - que se manteve em parte do governo militar - trouxe prejuízos a médio prazo, sobretudo, no quesito dívida externa. Mas o que ele almeja é demonstrar como se deu a execução de uma agenda protecionista na esfera industrial e trabalhista, subtraindo o velho discurso de uma vocação agrária.

No segundo capítulo, *as raízes da crise econômica*, o autor aponta suas armas contra a liberalização dos mercados a partir da década de 1980. Uma corrupção dos valores desenvolvimentistas que encontrou reduto, especialmente, nas privatizações massivas empreendidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). O Plano Real até dera um novo fôlego no poder de compra do consumidor, mas logo perdeu seus efeitos diante de novos empréstimos, estagnação dos salários e sucateamento da infraestrutura pública. Saldo negativo que foi apenas parcialmente resolvido pelo **populismo cambial** dos sucessivos governos petistas, entre 2003 e 2014, quando Lula e Dilma se montaram em importantes programas sociais,

além da recuperação do salário-mínimo e dos inéditos superávits primários (petróleo, grãos e ferro). No entanto, o PT negligenciara uma oportunidade única de conseguir adesão popular no sentido de agenciar as necessárias reformas de cunho estrutural. No entender de Ciro Gomes, uma governança dúbia, que flertava com as benesses sociais do consumismo ao mesmo tempo em que minava as contas públicas.

Após a vitória nas eleições de 2014, Dilma havia perdido as mínimas condições de governabilidade. A crise na Petrobrás, os altos índices de inflação e a desvalorização da moeda, abriram caminho para uma oposição que, aproveitando-se da retórica de anticorrupção, não demorou em incitar um golpe de Estado.

A segunda parte da obra pode ser denominada de **Relações internacionais e a política interna do Brasil**, isso porque o autor é bastante arguto em situar a posição do Brasil no sistema mundial a depender das reformas levadas a cabo pelo seu Legislativo. No terceiro capítulo, *Novo contexto geopolítico*, temos a noção da rota de precarização do trabalho que o país enveredou ao ceder aos apelos dos gestores neoliberais sem nenhum reserva. A desnacionalização nos levou a entrega de riquezas brutas, sem contar o subsequente retardo tecnológico e a pífia competição no âmbito da exportação. Ciro Gomes é enfático: o país deve obrigatoriamente expandir a integração sul-americana (Mercosul), sem a qual será impossível ultrapassar as relações de simetria com os Estados Unidos. Quanto a este último, que mantém amplo domínio tecnológico no mundo (redes sociais, mídias e táticas de espionagem), nossa resposta deveria ser de cooperação e nunca de subordinação. Logo, “(...) o que cabe a nós, volto a dizer, é defender os interesses do Brasil em meio a esses conflitos [EUA e China], para criar o espaço em que o nosso país será capaz de recriar sua capacidade tecnológica e industrial e se reposicionar no concerto das nações”. Sem alianças estratégicas universalistas e transferências de tecnologia, o país estaria condenado a perpetuar a clássica receita de que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”.

No quarto capítulo, *Um projeto para o Brasil*, é onde encontramos o candidato Ciro Gomes com maior nitidez. É hora de tripudiar sobre as reformas superficiais tanto dos governos precedentes quanto de Jair M. Bolsonaro. Nem a esquerda, muito menos a extrema-direita, se importaram com a recuperação fiscal do Estado. Ambos jogaram politicamente com a população, alardeando sobre soluções fáceis cujos resultados apenas sustentaram os privilégios históricos de uma elite minoritária. Não nos cabe aqui destrinchar cada uma das “propostas de governo” do intelectual-candidato, embora seja importante destacar aquelas de maior volume.

Primeiramente, ele expõe a necessidade de recuperar o consumo das famílias (renda, emprego, crédito), algo que seria alcançado a partir do refinanciamento de dívidas e a “limpeza do nome” nos sistemas SPC e Serasa. Medida que se ampliaria para as empresas, evitando falências e desabastecimento da economia interna. O Estado deveria reorganizar sua fazenda, daí a urgência de uma **reforma tributária** que atendesse ao princípio da *progressividade*: “quem tem mais paga mais”. O que incluía a tributação sobre grandes fortunas (acima de 10 milhões) e heranças/doações (acima de 2 milhões). Ciro Gomes sublinha uma **nova política industrial** (produtos primários: gás, petróleo etc; agronegócio, defesa, construção civil e saúde) de viés modernizante, atentando para uma inédita substituição de importações. Existe também uma preocupação em demarcar o terreno da **ciência e tecnologia** e de uma **revolução educacional**, como que elaborando uma grande plataforma econômica e cultural de integração entre industrialização e formação profissional.

Das reformas propostas, a que se sobressai é a **previdenciária**. Até mesmo porque Jair M. Bolsonaro conseguira aprovar uma reforma de traços elitistas e pragmáticos. O trabalhador se via agora obrigado a quarenta anos de contribuição ininterrupta para auferir aposentadoria integral, respeitando-se o teto previdenciário. Para não citar a negligência com relação as peculiaridades de profissão, gênero e região. Vale a pena se demorar um pouco mais na leitura e reflexão dos números que são apresentados: uma reforma grosseira que penaliza os assalariados em prol de perdão de dívidas milionárias de banqueiros e empresários. Talvez seja em virtude dessas anomalias da política brasileira que o autor se propõe a elaborar uma terceira parte da obra focando a **política ideológica nacional**. Para ele, a esquerda tradicional falhou em erigir um projeto de nação soberana. Um debate público a respeito dos problemas gerenciais do Brasil, empoderando trabalhadores e articulando mídias sociais, fora totalmente negligenciado. Não houve qualquer ânimo em favor de uma política associativa entre Estado, empresas e sociedade civil, de modo que se privilegiasse duas dimensões capitais da democracia liberal: a produção redistributiva e a cidadania. A população assistiu à promoção da chamada “PEC da morte”, que, no limite, estabeleceu a redução dos gastos federais na ciência, educação e cultura.

O autor chega ao quinto capítulo, *Uma nova agenda de reformas*, ciente de que a radicalização ideológica postergara as mudanças profundas (mas obrigatórias) em nossas diretrizes trabalhistas, econômicas e políticas. Jair M. Bolsonaro estaria a um passo de exterminar a Justiça do Trabalho, numa inversão dos direitos do trabalhador que valida o acordado sobre o legislado. De outro lado, sem uma reforma política que ataque os financiamentos astronômicos de campanhas eleitorais e modernize o sistema eleitoral, os brasileiros ficarão à mercê das oligarquias políticas. Será

que, nesse ponto, ele está se isentando? Um paradoxo para quem faz do Ceará seu feudo eleitoral. Por fim, o intelectual-candidato, ou melhor, candidato-intelectual, critica um sistema de saúde elitizado e o funcionamento (ou não) da segurança pública. Com relação à segurança, tem a seu favor o fato de não deixar de lado o racismo que impregna nosso sistema carcerário, inchado de jovens negros das periferias urbanas. Menção importante diz respeito ao combate às milícias, que, em última instância, é o braço armado da matriz autoritária e armamentista de Jair M. Bolsonaro.

O leitor chega ao final do livro conhecendo as interrelações entre as mais diversas áreas estratégicas da nação, da economia à segurança, da segurança à educação, da educação à saúde, e assim por diante. No sexto e último capítulo, *Por uma nova esquerda*, Ciro Gomes segue o homilia de muitos intelectuais de esquerda nas últimas duas décadas, provocando-nos sobre uma possível renovação do setor progressista. Uma renovação desprovida dos conceitos marxistas, mas, para ele, revolucionária no campo da inclusão social e do desenvolvimento econômico. Para tal, o primeiro passo seria romper com a herança do socialismo autoritário (luta de classes, religião como ideologia etc.). Na sequência, essa *nova esquerda* ressignificaria o valor do estado-nação (interesses nacionais e autossuficiência) sem perder de vista as pautas universais, de justiça social e redistribuição de riquezas.

Em nível nacional, a esquerda precisaria romper com os estereótipos que maculou sua imagem nos últimos anos de governos petistas: assistencialismo, destruição de valores tradicionais e corrupção. O PT, objeto de crítica ferrenha, se esvaía na prática de conciliação com o capital privado e no *presidencialismo de coalizão*. Agora “paga o pato” de uma má administração de recursos e de sua prisão ao personalismo messiânico, que culminou na última trincheira do #lulalivre. Dito isso, Ciro Gomes encerra a obra vislumbrando dois percursos inegociáveis para a cristalização do *dever da esperança*: 1. A reespiritualização da sociedade por meio de uma educação universal que se valeria de um consenso entre saber técnico e comunicativo, ou seja, de prevalência de valores do sagrado, do belo e do justo, em contraposição ao paraíso artificial do consumismo; 2. A fé no trabalho, a política que alicerçou nossas primeiras experiências de desenvolvimento, soberania e bem-estar social, exorcizando o mal atávico de eterna inferioridade. Seriam essas as chaves materiais e psicológicas para a fundação de nosso projeto nacional? Sem a utopia socialista como horizonte, Ciro Gomes parece querer colocar outra no lugar, talvez mais factível. Estamos sonhando com menos, mas ainda sonhando. É o que temos para hoje, um *pessimismo otimista*, o dever da esperança como válvula de escape.